SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 75/70

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças um crédito especial da quantia de 13 000 000\$, devendo a mesma importância constituir o artigo 239.º «Para execução do n.º 2.º do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 47 537, de 16 de Fevereiro de 1967», do capítulo 24.º «Outros investimentos», do orçamento em vigor do aludido Ministério.

Art. 2.º Para contrapartida do crédito aberto pelo artigo precedente, é aumentada igual quantia à verba inscrita no capítulo 9.º, artigo 290.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos», do orçamento das receitas do Estado para o corrente ano económico.

Art. 3.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *João Augusto Dias Rosas*.

Promulgado em 20 de Fevereiro de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 2 de Março de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto-Lei n.º 76/70

Tendo em vista as correcções do Conselho de Cooperação Aduaneira relativas ao texto da Nomenclatura Comum de Bruxelas;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São alteradas, pela forma seguinte, as redacções das posições 23.07, 75.05 e 98.15 da Pauta de Importação:

- 23.07 Preparados forraginosos adicionados de melão ou de açúcares; outros preparados do género dos empregados na alimentação de animais.
- 75.05 Anodos para niquelagem, compreendendo os obtidos por electrólise, em bruto ou trabalhados.
- 98.15 Garrafas isoladoras e outros recipientes isotérmicos, armados, isolados pelo vácuo, e respectivas partes (com exclusão das ampolas de vidro).

Marcello Caetano — *Horácio José de Sá Viana Rebelo* — *António Manuel Gonçalves Rapazote* — *Mário Júlio Brito de Almeida Costa* — *João Augusto Dias Rosas* — *Manuel Pereira Crespo* — *Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício* — *Rui Alves da Silva Sanches* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *José Veiga Simão* — *Baltasar Leite Rebelo de Sousa*.

Promulgado em 20 de Fevereiro de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 2 de Março de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Portaria n.º 124/70

Ao abrigo do disposto no artigo 20.º do Decreto n.º 43 711, de 24 de Maio de 1961:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, o seguinte:

1. As escolas da Armada, que funcionam como unidades independentes, são as seguintes:

- a) Escola Naval;
- b) Escola de Fuzileiros.

2. O Grupo n.º 1 de Escolas da Armada compreende as seguintes escolas:

- a) Escola de Máquinas;
- b) Escola de Electrotecnia;
- c) Escola de Abastecimento;
- d) Escola de Informações de Combate;
- e) Escola de Armas Submarinas;
- f) Escola de Alunos Marinheiros;
- g) Escola de Sargentos.

3. O Grupo n.º 2 de Escolas da Armada compreende as seguintes escolas:

- a) Escola de Artilharia Naval;
- b) Escola de Limitação de Avarias;
- c) Escola de Comunicações.

4. Funcionam adstritos aos comando, forças, unidades e serviços que a seguir se indicam os seguintes estabelecimentos de ensino da Armada:

- a) Escola de Marinharia (navio-escola *Sagres*);
- b) Escola de Enfermagem (Hospital da Marinha);
- c) Escola de Submarinos e de Mergulhadores (esquadilha de submarinos);
- d) Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (Comando Naval do Continente);
- e) Centro de Instrução de Tática Naval (Comando Naval do Continente);
- f) Centro de Instrução de Contrôlo Naval e de Defesa da Navegação (Comando da Defesa Marítima do Porto de Lisboa);
- g) Centro de Educação Física da Armada (Direcção do Serviço de Educação Física);
- h) Centro de Instrução de Hidrografia e Oceanografia (Instituto Hidrográfico).

5. Nos regulamentos internos dos grupos de escolas, escolas e centros de instrução a que se refere este diploma, a aprovar por despacho do Ministro da Marinha, serão especificados:

- a) Funções que competem àqueles estabelecimentos de ensino;
- b) Cursos e instruções que neles funcionam;
- c) Estrutura orgânica dos mesmos estabelecimentos.

6. O disposto no número anterior não é aplicável à Escola Naval.

7. O Ministro da Marinha pode determinar, por despacho, que nos comandos, forças, unidades e serviços funcionem cursos ou instruções:

- a) De natureza profissional, quando se verifique a conveniência de os mesmos serem ministrados fora dos estabelecimentos de ensino da Armada;

- b) De promoção social, tendo como objectivo principal elevar a escolaridade das praças para o nível que presentemente está fixado como obrigatório.

8. Ficam revogadas as portarias seguintes:

- a) N.º 16 650, de 31 de Março de 1958;
- b) N.º 18 509, de 3 de Junho de 1961;
- c) N.º 19 114, de 5 de Abril de 1962;
- d) N.º 19 637, de 15 de Janeiro de 1963;
- e) N.º 20 636, de 17 de Junho de 1964;
- f) N.º 21 116, de 19 de Fevereiro de 1965;
- g) N.º 23 444, de 22 de Junho de 1968;
- h) N.º 23 768, de 12 de Dezembro de 1968;
- i) N.º 23 892, de 3 de Fevereiro de 1969;

sem prejuízo de continuarem revogadas as disposições que estas portarias assim determinam.

Ministério da Marinha, 2 de Março de 1970. — O Ministro da Marinha. *Manuel Pereira Crespo.*

Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 125/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, declarar que o navio *Pátria*, da Companhia Colonial de Navegação, é afretado pelo Ministério do Exército, a partir de 19 de Março de 1970, para transporte de tropas e material de guerra.

Enquanto o navio tiver capitão-de-bandeira, só poderá ser utilizado em serviço do Estado, e não comercial. Nestas condições, tem direito ao uso de bandeira e flâmula e goza das imunidades inerentes aos navios públicos.

Ministério da Marinha, 2 de Março de 1970. — O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo.*

Superintendência dos Serviços do Pessoal da Armada

Portaria n.º 126/70

Havendo conveniência em introduzir no Regulamento de Admissões, Promoções e Transferências do Pessoal Civil de Secretaria do Ministério da Marinha, aprovado e posto em execução pela Portaria n.º 22 835, de 18 de Agosto de 1967, as alterações impostas pela publicação dos Decretos-Leis n.º 49 397 e n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969;

Convindo, além disso, actualizar algumas das suas disposições e proceder à revisão dos programas das provas de admissão e promoção do mesmo pessoal:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, o seguinte:

1.º O Regulamento de Admissões, Promoções e Transferências do Pessoal Civil de Secretaria do Ministério da Marinha, aprovado e posto em execução pela Portaria n.º 22 835, de 18 de Agosto de 1967, e alterado pela Portaria n.º 24 446, de 29 de Novembro de 1969, é substituído pelas Instruções para o Preenchimento de Vacaturas do Pessoal Civil de Secretaria do Ministério da Marinha, anexas à presente portaria.

2.º São revogadas as portarias referidas no número anterior.

Ministério da Marinha, 2 de Março de 1970. — O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo.*

Instruções para o Preenchimento de Vacaturas do Pessoal Civil de Secretaria do Ministério da Marinha

A) Admissão

1. O quadro do pessoal civil de secretaria do Ministério da Marinha compreende as seguintes categorias:

- Chefe de secção;
- Primeiro-oficial;
- Segundo-oficial;
- Terceiro-oficial;
- Escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe;
- Escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe.

2. A admissão ao quadro será feita nas categorias de terceiro-oficial e de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, por concurso público anunciado no *Diário do Governo*, fixando-se para a apresentação dos requerimentos o prazo de trinta dias a contar da publicação do aviso.

3. Aos concursos para terceiros-oficiais serão admitidos os candidatos que satisfaçam às seguintes condições:

- a) Ter nacionalidade portuguesa originária ou adquirida há mais de dez anos;
- b) Não ter idade inferior a 21 anos, nem superior a 35, salvo quanto ao limite máximo, se já for funcionário do Estado;
- c) Ter como habilitações mínimas:

- 1) O 2.º ciclo liceal ou habilitação equiparada, ou
- 2) Ser escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe do quadro do pessoal civil do Ministério da Marinha com, pelo menos, seis anos de bom e efectivo serviço e com aprovação no ciclo preparatório do ensino secundário ou habilitação equiparada;

- d) Haver cumprido os preceitos legais do recrutamento militar;
- e) Estar livre de culpa no registo criminal e não ter sofrido pena que o iniba do exercício de funções públicas, salvo tendo sido reabilitado nos termos da lei;
- f) Possuir a robustez física necessária, a verificar por junta médica da Armada, não sofrer de doença contagiosa, particularmente de tuberculose evolutiva, e ter cumprido as disposições legais quanto a vacinações obrigatórias.

4. Aos concursos para escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe serão admitidos os candidatos que satisfaçam às mesmas condições do número anterior, excepto as da alínea c), que serão substituídas pela escolaridade obrigatória, segundo a idade.

5. Os candidatos aos concursos de admissão deverão apresentar na 4.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal um requerimento, em papel selado, acompanhado de uma estampilha fiscal de 50\$, dirigido ao director do Serviço do Pessoal, solicitando a admissão ao concurso, do qual comste:

- a) Nome, idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão, domicílio, número e data do bilhete de identidade e indicação do serviço do Arquivo de Identificação por onde foi passado;
- b) Declaração, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, sobre a situação em que se encontram em relação às condições das alíneas a) e e) do n.º 3.